

## DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

---

### PROCESSO DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE: REVISITANDO A INCONSTITUCIONALIDADE DA NORMA\*

HENRY GONÇALVES LUMMERTZ

Data da defesa: 10/08/2006

#### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo uma adequada compreensão da decisão judicial acerca da inconstitucionalidade da norma no ordenamento jurídico erigido sob a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especialmente no que diz respeito às consequências da inconstitucionalidade da norma e à eficácia da decisão de inconstitucionalidade. A pesquisa desenvolvida é exploratória quanto a sua técnica e explicativa quanto a seu objetivo. É exploratória, porque busca no ordenamento jurídico, na jurisprudência e na doutrina instrumentos que permitam compreender o problema da norma inconstitucional e do controle jurisdicional da constitucionalidade das normas; é explicativa quanto a seu objetivo, pois busca compreender os fenômenos jurídicos envolvidos na decisão de inconstitucionalidade, identificando os fatores que determinam ou contribuem para a inconstitucionalidade da norma e para a definição das consequências desta inconstitucionalidade, buscando explicar adequadamente o fenômeno da inconstitucionalidade da norma, a fim de definir como esta inconstitucionalidade se reflete

---

\* PROF. ORIENTADOR: Carlos Alberto Alvaro de Oliveira

BANCA EXAMINADORA:

Inocência Mártires Coelho IDP

Ingo Wolfgang Sarlet PUCRS

Itiberê de Oliveira Rodrigues UFRGS

na própria norma e na decisão jurisdicional que a reconhece. Deste estudo, resulta que a jurisprudência e a doutrina afirmam, de forma predominante, a nulidade da norma inconstitucional e a eficácia declaratória e *ex tunc* da decisão de inconstitucionalidade, indicando, contudo, que, em determinados casos, é necessário mitigar essa concepção ou abrir exceções, a fim de preservar os efeitos jurídicos ou a eficácia da norma inconstitucional. Resulta, ainda, que o ordenamento jurídico erigido sob a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na medida em que consagra a supremacia e a rigidez da Constituição e se caracteriza por sua unidade e coerência, determina que a inconstitucionalidade da norma tenha como conseqüências sua invalidade — *ipso jure* e a partir do momento em que se verifica a inconstitucionalidade —, sua inexistência enquanto norma jurídica e sua ineficácia, identificada esta com a incapacidade de incidir sobre os fatos e atribuir-lhes efeitos jurídicos, determinando, ademais, a eficácia declaratória e *ex tunc* da decisão de inconstitucionalidade. Resulta, por fim, que as perplexidades apontadas por aqueles que se insurgem contra a concepção acerca da nulidade da norma inconstitucional são meramente aparentes e o próprio ordenamento jurídico possui meios para solucioná-las, sem que, para tanto, seja necessário atenuar ou abrir qualquer exceção em relação à nulidade da norma inconstitucional. O trabalho conduz, então, à conclusão de que, no ordenamento jurídico erigido sob a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a norma inconstitucional padece de invalidade, inexistência e ineficácia, características que se congregam na concepção acerca da nulidade da norma inconstitucional, e que a decisão de inconstitucionalidade possui eficácia declaratória e *ex tunc*, sendo que esta concepção pode ser aplicada, em todo e qualquer caso, sem que seja necessário mitigá-la ou excepcioná-la.

Palavras-chave: Norma - Inconstitucionalidade - Controle de Constitucionalidade - Nulidade - Invalidade - Inexistência - Ineficácia - Nulidade - Eficácia Declaratória